

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 13

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Agência Brasil explica as mudanças nas aposentadorias em 2023..... 3

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Veja os passos para pedir a aposentadoria no INSS..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
SEGURIDADE SOCIAL

Posso trabalhar como autônomo depois de me aposentar? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência perde fôlego com inflação e juros altos..... 8

MEIO NORTE - TERESINA - PI - CONCURSOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Últimos dias de inscrições para 699 vagas..... 11

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

'Litígio Zero' é para pessoas físicas, micro e pequenas empresas com dívidas abaixo de 60 mínimos..... 12

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacote econômico deve ter resistência no Congresso..... 14

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em Davos, Oxfam recomendará aumentar tributo sobre os super-ricos para combater fome..... 16

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

ONG defende tributação dos super-ricos para tirar 2 bilhões da pobreza..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Brasil volta a Davos para expor plano de crescimento..... 19

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em Davos, Marina e Haddad vão reposicionar o Brasil junto a investidores globais..... 20

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil volta ao protagonismo em Davos, prevê Trabuço..... 21

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O perfil dos ministérios..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Entenda por que o euro passou a valer menos que o dólar pela 1ª vez em 2022..... 32

Agência Brasil explica as mudanças nas aposentadorias em 2023

Publicado em 16/01/2023 - 06:32

Por

Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Quem está prestes a se aposentar precisa ficar atento. A reforma da Previdência estabeleceu regras automáticas de transição, que mudam a concessão de benefícios a cada ano.

A pontuação para a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade sofreu alterações. Confira abaixo as mudanças que começam a vigorar neste ano.

A regra de transição estabelece o acréscimo de seis meses a cada ano para as mulheres, até chegar a 62 anos em 2023. Na promulgação da reforma da Previdência, em novembro de 2019, a idade mínima estava em 60 anos, passando para 60 anos e meio em janeiro de 2020. A idade mínima para aposentadoria das mulheres aumentou para 61 anos em 2021, 61 anos e meio em 2022 e agora chegou ao valor estabelecido pela reforma.

Para homens, a idade mínima está fixada em 65 anos desde 2019. Para ambos os sexos, o tempo mínimo de contribuição exigido é de 15 anos.

A reforma da Previdência estabeleceu quatro regras de transição, das quais duas previram modificações na virada de 2021 para 2022. Na primeira regra, que estabelece um cronograma de transição para a regra 86/96, a pontuação composta pela soma da idade e dos anos de contribuição subiu em janeiro: para 90 pontos (mulheres) e 100 pontos (homens).

Na segunda regra, que prevê idade mínima mais baixa para quem tem longo tempo de contribuição, a idade mínima para requerer o benefício passou para 58 anos (mulheres) e 63 anos (homens). A reforma da Previdência acrescenta seis meses às idades mínimas a cada ano até atingirem 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) em 2031. Nos dois casos, o tempo mínimo de contribuição exigido é de 30 anos para as mulheres e 35 anos para homens.

Quem alcançou as condições para se aposentar por alguma regra de transição em 2022, mas não entrou com pedido no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) no ano passado, não precisa se preocupar. Por causa do conceito de direito adquirido, eles poderão

se aposentar conforme as regras de 2022.

Por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) do fim da década de 90, o momento para conquistar o direito à aposentadoria ocorre quando o trabalhador alcança as condições, independentemente de data do pedido ou da concessão do benefício pelo **INSS**. Isso beneficia os segurados que enfrentam longas filas no **INSS** para ter os processos analisados.

Ao tomar posse, no último dia 3, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse que pretende rever a reforma da Previdência. Dias depois, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informaram que nenhuma revisão está em estudo e que qualquer decisão desse tipo precisa ser aprovada pelo Palácio do Planalto.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-01/agencia-brasil-explica-mudancas-nas-aposentadorias-em-2023>

Veja os passos para pedir a aposentadoria no INSS

Caio Prates do Portal Previdência Total Os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que dão entrada no pedido de aposentadoria no Brasil enfrentam algumas dificuldades, que foram acentuadas nos últimos anos. E os obstáculos para a tão sonhada aposentadoria podem surgir por erros dos trabalhadores ou da autarquia federal. Os problemas foram acentuados por conta da pandemia da Covid-19 e também pelo aumento da fila de pedido de benefícios em todo país. Entre os principais entraves está a documentação exigida pela autarquia federal. Os cidadãos costumam esquecer de entregar a documentação completa ou realizar algum ato burocrático obrigatório. Já no **INSS** os problemas mais comuns são na avaliação da prova apresentada pelo segurado, na realização da perícia médica, na análise inadequada da legislação previdenciária, dentre outras situações.

O advogado especialista em Direito Previdenciário, Celso Joaquim Jorgetti, sócio da Advocacia Jorgetti, as falhas nas informações prestadas pelo segurado ao **INSS** afetam o andamento de processos de aposentadorias. "Os erros mais comuns cometidos pelos segurados no momento de solicitar benefícios ao **INSS** são na documentação. Como, por exemplo, não corrigir as divergências apresentadas no CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais -, como divergências nos dados pessoais, ausência de data de saída de algum vínculo, falta de registro de contribuições individuais e contribuições realizadas a menor; não contratar um advogado para orientá-lo qual o melhor momento de requer o benefício e assim garantir um valor de benefício melhor; pagamentos em atraso sem comprovação de atividades; falta de comprovação de atividades especiais; falta de documentos comprovando atividade rural e falta de comprovação de dependência econômica e convivência, no caso de pensão por morte na união estável", pontua.

Jorgetti afirma que quando há pendências na documentação, o **INSS** simplesmente tem negado a concessão do benefício, forçando o segurado a entrar com recurso o que faz com que o pedido volte para a fila de espera demorando mais tempo para ser analisado. "Existem casos em que o recurso é negado e é necessário propor ação judicial para resolver, sendo que isso poderia ter sido evitado com a regularização das pendências antes do requerimento

do benefício".

O novo ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, prometeu em seu discurso de posse, no início do mês, que pretende zerar a fila de pedidos de benefícios do **INSS**, que atualmente é de cerca de 1,3 milhão de casos, através de uma espécie de multirão, mas sem dar maior detalhes.

Na visão do advogado João Badari, sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, o trabalhador comete erros por falta de conhecimento técnico, o que acaba atrasando o processo de aposentadoria, ou até mesmo de acessar outros benefícios previdenciários. "Uma maneira de evitar estes erros é analisar o CNIS, para verificar se existem erros nos salários de contribuição, nos vínculos empregatícios e também os documentos que podem aumentar o tempo de serviço e a renda", orienta.

Os especialistas alertam que os segurados devem seguir três passos para minimizar os erros. Primeiro, verificar no CNIS as informações sobre o período de recolhimento de contribuições previdenciárias. Depois, confrontar os vínculos das carteiras de trabalho e guias de recolhimento, para verificar se todos os períodos estão completos e corretos no CNIS. E, por último, verificar os salários de contribuição e confrontar com os holerites, guias de recolhimento e alterações salariais da CTPS para ver se estão corretos.

Marco Aurelio Serau Junior, advogado, professor da UFPR e Diretor Científico do IEPREV, destaca que a análise do CNIS é extremamente importante e deve ser feita por um profissional especializado, "que analisará os contratos de trabalho e contribuições do cliente, em comparação com o CNIS e, havendo divergência, tomará as medidas adequadas, na via administrativa ou se necessário até mesmo na Justiça".

Empresas são obrigadas a fornecer documento

Em relação aos benefícios por incapacidade para o trabalho, é comum que haja a entrega de documentos antigos, que não comprovam a persistência de incapacidade.

João Badari destaca que outro documento que merece atenção é o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)

para a comprovação de período insalubre. "É uma obrigação da empresa fornecer o PPP. E o trabalhador tem o direito de receber este documento em sua rescisão ou ao solicitá-lo. Caso a empresa não exista mais, é importante tentar contatar os responsáveis e usar o site da **Receita Federal** para obter informações. A massa falida sempre tem um administrador e na Junta Comercial você também poderá acessar o contrato social da empresa e localizar os sócios", orienta Bardari.

Outro problema de documentação que pode atrasar o pedido de aposentadoria ou de outros benefícios está relacionado a problemas no atestado médico. O documento médico deve relatar exatamente qual a doença que o segurado possui, o tempo de afastamento necessário para recuperar sua capacidade laborativa, além do código internacional de doença, também chamado de CID.

"O atestado médico apresentado no pedido ao **INSS** deve observar os seguintes requisitos: estar legível e sem rasuras; conter a assinatura do profissional emissor e carimbo de identificação, com registro do Conselho de Classe; conter as informações sobre a doença ou CID; e conter o prazo estimado de repouso necessário", relata o advogado Ruslan Stuchi, sócio do Stuchi Advogados.

FALHA DA AUTARQUIA

Entretanto, os especialistas lembram que o indeferimento das solicitações também ocorre devido a erros por parte da autarquia e que independem do modo com os pedidos são formulados.

"Também há erros por parte do **INSS** como, por exemplo, na avaliação da prova apresentada pelo segurado, na realização da perícia médica, na análise inadequada da legislação previdenciária, dentre outras situações", alerta Marco Serau Junior. CP

Site:

<http://digital.maven.com.br/pub/diariodograndeabc/?numero=18953>

Posso trabalhar como autônomo depois de me aposentar? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO

Jonatha de Carlos Fernandes

Sou aposentado e gostaria de voltar a trabalhar para ter um dinheirinho extra e ajudar nas contas de casa. Posso ser aposentado e trabalhar como autônomo?

Jonatha de Carlos Fernandes, CFP, responde: Hoje em dia é muito comum que pessoas aposentadas atuem no mercado de trabalho, seja por um desejo pessoal, seja para se sentirem ativas.

Diante da falta de uma educação financeira ampla no Brasil, e de problemas sociais e econômicos, muitos aposentados têm a necessidade de voltar a trabalhar. Hoje em dia, a média das aposentadorias não passa de R\$ 2.500 mensais, e nessa fase da vida alguns custos, como os de saúde, por exemplo, podem comprometer boa parte desse valor. Por isso, aposentar-se atualmente, em alguns casos, não significa parar de trabalhar.

A resposta à pergunta pode ajudar e beneficiar diversas pessoas com essa dúvida, desde que a sua aposentadoria não seja, por exemplo:

Por incapacidade: nesses casos a lei é muito clara; não se pode trabalhar em hipótese alguma. Isso porque esse tipo de aposentadoria é concedido aos trabalhadores que não possuem mais a capacidade de trabalhar.

Especial: voltada aos trabalhadores com exposição à insalubridade e a agentes prejudiciais à saúde.

Servidor público estatutário: a regra exige que os servidores não trabalhem no cargo em que se aposentaram, o que pode gerar o cancelamento do recebimento da aposentadoria.

Fora das modalidades acima, o aposentado pode, sim, trabalhar como autônomo e receber o seu benefício. Inclusive, grande parte dos aposentados se utiliza dessa estratégia para obter uma renda mensal maior. Mas também existem aqueles que trabalham para manter a mente ocupada e até mesmo pelo sonho de ter um novo negócio ou carreira.

Nessa hora surgem outras dúvidas também. "Se já me aposentei, trabalhando como autônomo preciso contribuir para o **INSS**?" A resposta é sim.

O aposentado que deseja trabalhar como autônomo precisa contribuir mensalmente para o **INSS**, classificado como contribuinte individual. Essa é uma obrigação para poder trabalhar dentro da lei.

Um ponto importante que vale destacar é que o benefício pago pelo **INSS** atual não sofre nenhuma alteração de valor por conta da nova contribuição.

Essas e outras questões são extremamente relevantes e precisam ser sanadas para que o aposentado não tenha nenhum problema com o benefício pago pelo **INSS**.

O aposentado também pode querer regularizar esse trabalho autônomo e abrir uma empresa como MEI (Microempreendedor Individual) ou ser sócio de outra empresa, casos em que deve respeitar as orientações já mencionadas.

Caso esteja recebendo seguro-desemprego, a abertura ou sociedade em empresa resulta na perda desse benefício.

Por fim, os aposentados que decidem voltar a trabalhar podem contar com os benefícios do **INSS** da mesma forma, como o décimo-terceiro pago pelo **INSS**, o salário-família, o salário-maternidade e a reabilitação profissional.

Jonatha de Carlos Fernandes é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner) concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro E-mail: jonatha.cfernandes@gmail.com

As respostas refletem as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico ou da Planejar. O jornal e a Planejar não se responsabilizam pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Perguntas devem ser encaminhadas para:

consultoriofinanceiro@planejar.org.br

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187434?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187434?page=1§ion=1)**

Previdência perde fôlego com inflação e juros altos

Adriana Cotias De São Paulo

O ano de 2022 foi mais de "rouba-monte" na **previdência complementar** do que de dinheiro novo, e 2023 tem elementos para repetir essa dinâmica. O setor guarda relação estreita com a atividade econômica, e fatores como juros altos e **inflação** consomem poder de compra e a capacidade de poupança da população. Mas são justamente os momentos de taxas elevadas considerados os melhores para se construir reservas para a aposentadoria, valendo-se da capitalização do dinheiro no tempo.

A renda fixa tem liderado a preferência dos investidores.

Olhando-se a fotografia dos fundos que acolhem os recursos dos planos privados de previdência, a captação líquida totalizou R\$ 13,0 bilhões no ano passado, um recuo de 2,5% em relação a 2021, com o patrimônio do segmento chegando a R\$ 1,2 trilhão, segundo a Anbima, que representa o mercado de capitais e de investimentos.

Em termos nominais, é o pior desempenho desde 2008.

Pelos números parciais de portabilidade da Susep, o regulador do setor de seguros e previdência, mais de R\$ 40 bilhões tinham trocado de mãos, conforme as estatísticas disponíveis em novembro.

Entre os grandes grupos seguradores, que em seus conglomerados também são os maiores gestores de fundos de previdência, só o Itaú Unibanco tinha um valor líquido positivo entre portabilidades aceitas e cedidas para a concorrência, com R\$ 1,6 bilhão. Bradesco Vida e Previdência perdeu R\$ 4,3 bilhões; a Brasilprev cedeu liquidamente R\$ 6,4 bilhões; a Caixa, R\$ 2,1 bilhões; a Zurich Santander Brasil, outro R\$ 1,5 bilhão; e o Safra, R\$ 198,1 milhões.

Na ponta positiva ficaram a seguradora do BTG Pactual, que assumiu liquidamente R\$ 5,6 bilhões que estavam em outras instituições, e a XP Vida e Previdência, com R\$ 9,9 bilhões. São os competidores mais novos, que construíram uma base de distribuição via digital e de assessorias de investimentos, rivalizando com os grupos financeiros estabelecidos

com suas redes de agências.

Para 2023, executivos do setor esperam outro ano complicado para a previdência. "Desde os primeiros meses de 2021, com a **inflação** alta corroendo a renda e a capacidade das pessoas de poupar, se observa resgates maiores na previdência", diz Estevão Scripilliti, diretor da Bradesco Vida e Previdência. "Minha impressão é que isso se repete neste ano, mas com o cenário gradualmente se abrando." No lado da captação propriamente, ele diz que 2022 já foi melhor para a instituição, com ingresso de cerca de R\$ 800 milhões depois de quatro, cinco anos sucessivos de resgates. "Foi muito em função de medidas tomadas ao longo do tempo, com maior diversificação da grade de produtos, aprimoramento da jornada digital do cliente, seja de alta renda, seja do varejo, que melhoraram a capacidade de oferta de PGBL e VGBL." Apesar das inovações, o executivo avalia que a guerra da portabilidade segue intensa e que, olhando para o mercado de forma geral, o setor praticamente não cresceu, "chegou num platô de mais estabilidade em relação a 2021, não vejo o volume crescendo".

Ele diz que a briga nos últimos anos tem sido em cima da diversificação, mas que a oferta como um todo agora está mais parecida porque "quem ficou defasado teve que correr atrás".

Nessa linha, a Bradesco lançou na semana passada quatro produtos "data alvo", de 2030, 2040, 2050 e 2060, para a fase de acumulação.

Nesses planos, a cadência do risco vai se moldando ao longo do tempo. Começa com um nível maior, incluindo renda fixa, variável, ativos internacionais e de proteção para cenários adversos, com uma taxa de administração de 1%. Depois, a meta de volatilidade e o custo vão decaindo, até chegar numa taxa de administração de 0,30%, conforme se aproxima do prazo de conversão dos recursos em renda.

No Santander, as movimentações na previdência refletiram muito do que se viu no segmento de fundos líquidos, com o investidor resgatando de multimercados, ações e até da renda fixa tradicional, para incluir carteiras com crédito privado, diz Clayton Calixto, especialista de portfólio da Santander Asset.

O executivo avalia que, com a desaceleração da atividade econômica e piora do mercado de trabalho, dificilmente a previdência vai ter algum alento no seu fluxo. "O mais provável é ter uma estabilização. Mas o carregamento de quase 14% é bastante positivo para a classe crescer", diz, referindo-se à Selic em 13,75% ao ano, um ponto de partida poderoso de multiplicação de capital.

Na captação da previdência, o Itaú Unibanco ficou no zero a zero, apesar de ter capturando cerca de R\$ 2 bilhões da concorrência via portabilidade, diz Claudio Sanches, diretor de produtos de investimentos e previdência do banco.

Segundo o executivo, houve bastante pedido de resgate de clientes, mas feito da maneira correta, em produtos cuja tributação já estava em 10% - com mais de dez anos. O executivo atribui a maior resiliência à consolidação da estratégia digital, com a plataforma íon, e à distribuição de investimentos por meio do canal de especialistas, com cerca de 2 mil profissionais, dado que a previdência costuma ser uma venda mais consultiva e é preciso olhar a carteira como um todo.

Sanches afirma que, nessa interação, se percebe que o cliente tem de fato olhado a previdência como poupança de longo prazo.

Uma fatia de 30% dos recursos foi para multimercados, ante 50% em 2021. Os planos ligados a fundos com crédito privado tiveram a preferência, representando 37% do bolo. Outro efeito da assessoria, diz, é que já tem mais cliente chegando à aposentadoria buscando conversão em renda por tempo determinado, quebrando um pedaço dos recursos para garantir as despesas mais constantes.

O mais comum, historicamente, era o investidor resgatar tudo.

O executivo também considera que 2023 será um ano particularmente difícil para a previdência, que mais do que qualquer outro produto está relacionado ao crescimento econômico. "Faz sentido para o investidor que está realmente empregado, contribui para o **INSS** e faz a declaração completa [no caso do PGBL]. Caso não faça, não é o melhor produto de investimento", diz. "Pode ser até que melhore se houver algum efeito contracíclico em relação à economia.

Pessoas mais conservadoras no consumo guardam mais." Quanto maior o nível de conhecimento, mais resiliente é o investimento em previdência, diz Clara Sodré, analista de alocações e fundos da XP Investimentos. A conquista de novos mandatos, com mais opções na grade, tem auxiliado na construção de

um mix de carteiras de longo prazo. "A gente tem levado para a rede, para o cliente final, um olhar diferente para a previdência, não só para a aposentadoria, mas como estratégia para buscar eficiência tributária daquele dinheiro de longo prazo, porque é o único veículo com alíquota de 10% de imposto de renda [após dez anos]." A abordagem em cima de recursos que estão na concorrência segue na linha de que há diferenciação de retorno mesmo em produtos ligados ao CDI, e "mais que isso, com o investidor preso em produtos ruins com taxas altas", diz Sodré. Com a flexibilização das regras da previdência para os gestores e mais versões surgindo de fundos que já apresentam um histórico na estratégia original, ela diz que ficou mais fácil a conversa com o cliente.

Para o BTG Pactual, a previdência se tornou estratégica para trazer novos clientes para a base, diz José Lucio Nascimento, sócio e head de produtos da instituição.

"Quando você traz o cara com previdência, ele tende a ser poupador, é mais assertivo o "lead" [a captura digital] do que de alguém que não tenha." Gabriel Escabin, head de previdência do banco, afirma que a radiografia global da carteira do cliente tem ajudado a instituição a se defender no ranking de portabilidade.

"A gente busca, no processo de investimento, entender qual o produto mais adequado para o momento de vida, e a previdência não fica longe disso." Com a previdência se aproximando cada vez mais do mercado de investimentos, o executivo cita que é mais fácil encaixar o leque de produtos ao perfil do cliente.

"Hoje, no autosserviço [da plataforma digital] há uma oferta que atende tanto os mais conservadores quanto os mais sofisticados." Em 2021, ele conta que o BTG chegou a ter 50% dos recursos da previdência em multimercados, fatia que caiu a 34% em 2022.

"Com a alta abrupta de juros em função do cenário macro, houve um impacto maior na renda variável", diz. A parcela em ações, que beirou os 20%, foi reduzida a 6% no ano passado.

Já a renda fixa passou a representar 60% do estoque, partido de 40% no exercício anterior.

A captação nessa classe foi direcionada principalmente para fundos de crédito e renda fixa ativos.

Nascimento diz que, para uma carteira de volatilidade maior chamar a atenção, o retorno tem que ser muito superior aos 13,75% da Selic, é difícil competir.

Escabin considera que 2023 deve ser um ano de fluxo negativo na previdência. É um movimento que tem relação não só com o momento econômico, como também com a maturidade de planos contratados dez anos atrás e que já estão na alíquota de tributação menor.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187434?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187434?page=1§ion=1)**

Últimos dias de inscrições para 699 vagas

Destinado a preencher 699 vagas, o concurso da **Receita Federal** entrou nos últimos dias de inscrições - o prazo termina na quinta-feira (19), às 16h. Há oportunidades para analisista-tributário (469 postos) e auditor-fiscal (230), com salários iniciais de R\$ 11.684,39 e R\$ 21.029, respectivamente.

Os candidatos devem possuir curso superior em qualquer área do conhecimento, com diploma fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). Trata-se do primeiro certame do órgão para cargos efetivos em oito anos - a última seleção havia ocorrido em 2014. A autorização para realização do processo seletivo foi dada pelo Ministério da Economia em 13 de junho de 2022.

Os futuros servidores poderão ser designados para trabalhar em todo o território nacional, conforme disponibilidade em quadro de lotações a ser expedido pela Secretaria Especial da **Receita Federal**. O órgão atualmente possui: 89 delegacias; 29 alfândegas; 43 inspetorias; 266 agências e 57 postos de atendimento.

O secretário especial da **Receita Federal**, Júlio Cesar Vieira Gomes, e o subsecretário de Gestão Corporativa, Juliano Brito da Justa Neves, repercutiram a abertura do concurso em vídeo divulgado no canal oficial do órgão no YouTube. As inscrições para o processo seletivo são recebidas somente pela internet, mediante a realização de cadastro no site www.conhecimento.fgv.br. As taxas custam R\$ 115 (analisista-tributário) e R\$ 210 (auditor-fiscal).

O prazo para solicitar isenção da taxa ficou aberto no período de 12 a 19 de dezembro do ano passado. O edital prevê gratuidade para pessoas que se enquadram em uma das condições a seguir: estão devidamente inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do governo federal; ou são doadoras de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

O processo seletivo é organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em caso de dúvidas, os candidatos podem obter mais informações com a banca pelo telefone 0800-2834628, além do e-mail con-cursorfb22@fgv.br.

O edital reserva 5% dos postos a pessoas com deficiência e 20% a candidatos autodeclarados

negros, conforme determina a legislação. Veja, a seguir, a divisão das vagas: Auditor-fiscal: 172 para ampla concorrência; 46 reservadas a negros; 12 reservadas a pessoas com deficiência. Analista-tributário: 351 para ampla concorrência; 94 reservadas a negros e 24 reservadas a pessoas com deficiência.

As provas escritas estão marcadas para 19 de março de 2023, com aplicação em todas as 27 capitais brasileiras, nos períodos matutino e vespertino. A consulta aos locais de exame será liberada a partir do dia 13 do mesmo mês.

Os candidatos deverão solucionar 140 questões de múltipla escolha. Além disso, a parte discursiva terá uma pergunta para analisista-tributário e duas para auditor-fiscal. Confira abaixo o conteúdo programático para cada cargo.

'Litígio Zero' é para pessoas físicas, micro e pequenas empresas com dívidas abaixo de 60 mínimos

MARIA EDUARDA VOLTA maria.guedes@odia.com.br

Os planos do governo para renegociações de dívidas dos contribuintes já foram anunciados. No entanto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o projeto não é um novo Refis. Poise tratar de um programa extraordinário, o prazo de adesão será até 31 de março de 2023. Os detalhes deverão ser publicados em portaria interna da **Receita Federal**.

O Refis, Programa de Recuperação Fiscal, era uma iniciativa que visava à regularização de dívidas de uma empresa ou pessoa física com a União ou com a Receita. O programa fazia negociação, em suas diversas modalidades, oferecia descontos vantajosos para pagamento à vista, além da possibilidade de parcelamento prolongado (podendo chegar a 180 meses) e redução de multas, juros e honorários advocatícios, desde que a adesão seja feita dentro do período de participação no programa.

Anunciadas na quarta-feira, as medidas do novo governo têm como intuito fazer o governo registrar superávit primário em 2023. Elas envolvem reversão de desonerações, mudanças no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e uma nova renegociação especial de dívidas chamada Programa Litígio Zero.

Embora negado por Haddad, o Litígio Zero funcionará no molde do Refis e prevê a renegociação em condições especiais de dívidas com a União. As pessoas físicas, micro e pequenas empresas com dívidas abaixo de 60 salários mínimos poderão obter descontos de 40% a 50% sobre o valor total do débito, com prazo de até 12 meses para pagar.

Para empresas que devem mais de 60 salários-mínimos, haverá um desconto de 100% sobre multas e os juros e a possibilidade de usar prejuízos de anos anteriores para abater de 52% a 70% do débito. Segundo o Ministério da Fazenda, isso incidirá apenas sobre dívidas consideradas irre recuperáveis e de difícil recuperação.

Também haverá o fim dos recursos de ofício dentro do **Carf**, órgão que julga recursos administrativos de

contribuintes que devem à **Receita Federal**, para valores abaixo de R\$ 15 milhões. Nesses casos, quando o contribuinte vencer em primeira instância, a **Receita Federal** deixará de recorrer, encerrando o litígio. De acordo com o Ministério da Fazenda, serão extintos quase 1 mil processos no **Carf**, no valor total de R\$ 6 bilhões, e ajudará a desafogar o órgão para o julgamento de grandes dívidas. Apenas lá, existem 30 mil processos parados na **Receita Federal**, outros 170 mil processos que, se somados, podem arrecadar em torno de 3,7 bilhões em **impostos**.

O parcelamento extraordinário de dívidas, ao lado das outras medidas econômicas, deve ajudar a recuperar R\$ 242,7 bilhões.

Outras medidas econômicas serão adotadas

O governo também promoverá uma série de medidas para aumentar a arrecadação de forma permanente, o que deverá render R\$ 83,28 bilhões somente neste ano. Entre as medidas, estão o fim de desonerações no Programa de Integração Social (PIS) e na Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), além da mudança no aproveitamento dos créditos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que era incorporado no PIS/Cofins.

Em relação ao fim das desonerações, o governo prevê que entrarão nos cofres públicos R\$ 28,88 bilhões do fim da alíquota zero do PIS/Cofins sobre a gasolina e o etanol a partir de março. Entrarão ainda R\$ 4,4 bilhões da reversão da desoneração de PIS/Cofins sobre receitas financeiras de grandes empresas, autorizada pelo ex-vice-presidente da República Hamilton Mourão no fim do ano passado. A partir de abril, os **tributos** voltarão às alíquotas antigas.

PREVISÕES

Ministério da Fazenda faz projeções de cenários

Segundo o Ministério da Fazenda, as mudanças poderão fazer o Governo Central (Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central) registrar, no cenário mais otimista, superávit primário de R\$ 11,13

bilhões em 2023, contra previsão de déficit de R\$231,55 bilhões estabelecido no Orçamento Geral da União deste ano.

Segundo o ministro, a previsão, no cenário mais realista, é que o déficit primário feche o ano em pouco menos de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), entre R\$ 90 bilhões e R\$ 100 bilhões. O pacote envolve medidas e reestimativas de receitas que elevarão a arrecadação em até R\$ 196,68 bilhões e reduzirão as despesas em até R\$ 50 bilhões.

Do lado das receitas, o governo prevê que entrarão R\$ 36,4 bilhões a mais no caixa em relação ao originalmente previsto no Orçamento de 2023. Haverá R\$ 73 bilhões em receitas extraordinárias, como as mudanças que pretendem acelerar processos no **Carf** e desempatar votos em favor do governo (R\$ 35 bilhões), incentivo para denúncias espontâneas de sonegação (R\$ 15 bilhões) e a utilização de recursos parados em um antigo fundo do PIS/Pasep (R\$ 23 bilhões), que havia sido autorizada pela Emenda Constitucional da Transição.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/10846/16-01-2023.html>

Pacote econômico deve ter resistência no Congresso

O pacote de medidas econômicas anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para equilibrar as contas públicas deve enfrentar resistências no Congresso. Os pontos mais controversos são o chamado voto de qualidade, poder de o governo desempatar disputas tributárias no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, e o baixo volume no corte de gastos. O Orçamento de 2023 prevê um déficit de R\$ 231,55 bilhões. As propostas anunciadas pela equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estão em três medidas provisórias, dois decretos e duas portarias interministeriais. No caso mais polêmico, o do voto de qualidade, previsto em uma MP, não houve articulação da equipe econômica do governo petista com o Congresso.

A resistência pode ser um problema para Haddad e sua equipe, porque parte significativa do sucesso das medidas depende da redução dos litígios entre contribuintes e a **Receita Federal**, o que poderia ser resolvido parcialmente com a volta do voto de qualidade no **Carf**. Com a extinção do mecanismo em 2020, o governo deixou de arrecadar cerca de R\$ 60 bi por ano, segundo Haddad.

Com o voto de qualidade, a União amplia as chances de aumentar a arrecadação com vitórias da Receita em julgamentos, já que os representantes indicados ao órgão pelo governo teriam poder de desempatar disputas. Há cerca de R\$ 1 trilhão em **impostos** sendo discutido no **Carf**. A medida vai ser analisada até o início de maio.

CRÍTICAS. André Félix, advogado especialista em direito tributário, acredita que a previsão do governo sobre o retorno do voto de qualidade no **Carf** é otimista, e que a medida não deve passar pelo Congresso. Para o especialista, a equipe econômica onera a cadeia produtiva e contraria as decisões do Poder Legislativo. "A decisão a favor do contribuinte é mais justa e honesta. Além disso, a equipe econômica quer que o processo administrativo seja homologatório e que os autos de infração sejam mantidos. Isso não vai levar a nada, vai aumentar o litígio. Acredito que não vai passar no Congresso Nacional porque já não passou em outras oportunidades", afirmou.

Criticou o fato de que não houve um debate prévio. "O ministro não conversou com os demais setores

econômicos para entender como funciona o processo administrativo tributário e fez um julgamento quanto à composição paritária do **Carf**. A gente fala tanto da participação maior da sociedade na política, mas o ministro quer diminuir isso", declarou.

Na mesma linha, o tributarista Luiz Gustavo Bichara, apontou que o mexer nesse ponto seria um "desrespeito com o Congresso, que há dois anos legislou sobre isso". Para ele, essa medida parte do pressuposto de que o **Carf** é um órgão que tem de ajudar na arrecadação do governo. "O **Carf** é um órgão que tem de julgar as cobranças tributárias de acordo com a lei com cidadania tributária", criticou Bichara, integrante da comissão de juristas instituída pelo Senado para reforma da legislação sobre processo administrativo e tributário.

Na esteira da decisão, a classe empresarial já se movimenta para barrar a medida. O grupo de empresários Esfera Brasil disparou um apelo aos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para que não "condenem o Brasil a ainda mais atraso".

Congresso terá novo perfil em fevereiro

O economista Alessandro Azzoni disse acreditar que as propostas devem enfrentar resistência no novo Congresso, que toma posse em 1º de fevereiro, principalmente por causa do perfil dos parlamentares da nova legislatura, alinhados aos campos de centro e de direita. Ozzoni ressalta outra questão que ele vê como um problema na proposta de Haddad. O governo quer o fim de recursos ao **Carf** para valores em disputas abaixo de R\$ 15 milhões, de modo que o litígio se encerraria automaticamente após o contribuinte vencer em primeira instância.

"Só que, dentro da base do direito administrativo, a Receita tem que recorrer até a última instância. Nesse caso, deixar de recorrer pode configurar prevaricação", destaca. Outro ponto controverso diz respeito ao corte de gastos calculado pelo ministro da Fazenda.

Apesar do déficit orçamentário previsto de R\$ 231,55 bilhões, a equipe econômica propõe um corte de apenas R\$ 50 bilhões. A maior parte da redução do déficit viria do fim de litígios com a Receita. "O corte de

gastos anunciado é pequeno frente à gigantesca máquina que nós temos. Não é o esperado, mas é um começo, ainda mais considerando que o PT faz governos mais voltados ao aumento dos gastos públicos", declarou Ozzoni.

PACOTE DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Entre as MPs e portarias para reduzir o rombo de R\$ 231,5 bi nas contas, estão: Lançar o programa Litígio Zero, que permitirá aos contribuintes sanar seus **tributos** com o governo e, ao mesmo tempo, trará **recursos** para os cofres públicos; Focar a extinção dos recursos de ofício para dívidas abaixo de R\$ 15 mi, o que possibilitará a eliminação automática de cerca de mil processos no **Carf**, no valor de R\$ 6 bilhões; Retornar com o voto de qualidade no **Carf**. Atualmente, há cerca de R\$ 1 trilhão em **impostos** em discussão no **Carf**.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10588>

Em Davos, Oxfam recomendará aumentar tributo sobre os super-ricos para combater fome

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

A Oxfam, organização independente sem fins lucrativos, com atuação no Brasil desde 2014, vai recomendar no Fórum Econômico Mundial - encontro que reúne anualmente a elite econômica e política do mundo - o aumento da taxa de imposto sobre os super-ricos.

O Fórum de Davos acontece nesta semana, entre 16 e 20 de janeiro, na Suíça. O Brasil estará representado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, no encontro.

A recomendação coincide com a estratégia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de reduzir as desigualdades no país e aumentar a tributação sobre a camada mais rica da população.

Em seu discurso de posse, Lula chorou ao falar da volta da fome e do aprofundamento da desigualdade social no Brasil.

Há muito tempo, não vemos tamanho abandono e desalento nas ruas. Mães garimpando lixo em busca de alimento para seus filhos. Famílias inteiras dormindo ao relento, enfrentando o frio, a chuva e o medo. Crianças vendendo bala ou pedindo esmola, quando deveriam estar na escola vivendo plenamente a infância a que têm direito, disse, na ocasião.

O presidente também já falou, várias vezes, em colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda. Essa missão foi delegada ao ministro Haddad.

Em relatório divulgado na noite deste domingo (15), a Oxfam avaliou que, enquanto dezenas de milhões de pessoas enfrentam a fome ao redor do mundo e centenas de milhões enfrentam aumentos inviáveis no custo de produtos básicos ou no aquecimento de suas casas, os muito ricos ficaram imensamente mais ricos, e os lucros das grandes empresas bateram recordes, gerando uma explosão de desigualdade.

Segundo a organização:

No caso do Brasil, a Oxfam lembra que a alíquota do Imposto de Renda para os mais ricos, de 27,5%, é

menor do que nos países mais desenvolvidos. Essa taxa incide sobre quem ganha mais de R\$ 4.664,68 por mês.

Isso se traduz em uma alíquota muito baixa para os super-ricos, em um país com altos níveis de desigualdade econômica e mais bilionários do que qualquer outro na América Latina, avaliou a organização.

Além disso, a Oxfam também lembra que abatimentos, deduções e mecanismos de crédito tributário injustos beneficiam quem está nas faixas superiores de renda, e sugere que sejam descartados. No Brasil, há abatimentos para saúde e educação no IR.

Outro ponto é que a taxa de imposto sobre o IR não abrange boa parte dos rendimentos, pois, no caso de empresas, a distribuição de lucros e dividendos para pessoas físicas é isenta no país - algo que acontece desde 1996.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indica que apenas outras quatro nações não tributam esses rendimentos: Estônia, Letônia, Eslováquia e Romênia.

No Brasil, por exemplo, eles nem são tributados, de forma que profissionais liberais, como médicos e jornalistas, podem abrir empresas e receber dividendos para reduzir os **impostos** devidos, observou a Oxfam.

O governo do presidente Jair Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional em 2021 um projeto de lei para tributar lucros e dividendos e que isentava do IR trabalhadores celetistas que recebem até R\$ 2,5 mil por mês.

Ao mesmo tempo em que instituiu essa cobrança, a proposta de **reforma tributária** trazia uma redução do Imposto de Renda das empresas - em linha com o que acontece em outros países.

Nomeado neste ano secretário especial do governo Lula para a **reforma tributária**, Bernard Appy afirmou, em outubro de 2022, durante a corrida eleitoral, que

essa isenção para empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano seria um erro enorme , que torna o modelo proposto pior que as regras atuais.

No caso do governo Lula, há ainda uma promessa de campanha de isentar do Imposto de Renda as Pessoas Físicas (IRPF) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. O tema será tratado ao longo do seu mandato, que vai de 2023 a 2026.

Avaliação da área técnica do Tesouro Nacional feita em 2020, porém, mostra que ampliar faixa de isenção do IR favorece quem ganhava mais de R\$ 1.951 por mês, os 20% mais ricos da população em 2018 (ano base do estudo).

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/16/em-davos-oxfam-recomendara-aumentar-tributo-sobre-os-super-ricos-para-combater-fome.ghtml>

ONG defende tributação dos super-ricos para tirar 2 bilhões da pobreza

Economia

/
por

Agência Estado - Economia

A Oxfam leva ao Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, a proposta de taxação dos super-ricos com o objetivo de tirar 2 bilhões de pessoas da pobreza em todo o mundo.

Conforme relatório da ONG (Organização Não Governamental), que se dedica a buscar soluções contra a desigualdade social, os super-ricos - isto é, o 1% mais rico do mundo - ficaram com quase dois terços de toda riqueza gerada no mundo nos anos de pandemia. Nesse período, acumularam seis vezes mais dinheiro do que 90% da população mundial.

Contas colocadas no estudo apontam que um imposto anual de até 5% sobre os super-ricos poderia arrecadar R\$ 8,7 trilhões (US\$ 1,7 trilhão) por ano, o suficiente para tirar 2 bilhões de pessoas da pobreza.

Esses recursos também poderiam financiar um plano de 10 anos para erradicação da fome, apoiar países mais pobres devastados pelos impactos climáticos e garantir saúde pública e proteção social nas nações de renda baixa e média.

"A discussão que se impõe cada vez mais é o incremento da taxação dos muito ricos e das grandes corporações, inclusive no Brasil", afirma Jefferson Nascimento, coordenador da área de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil.

"A **reforma tributária** vem sendo considerada prioritária para o novo governo Lula e esperamos que o Congresso aprove um novo sistema tributário que garanta o financiamento necessário para que os Estados possam oferecer mais e melhores serviços e políticas públicas às suas populações", acrescenta.

No estudo levado a Davos, no qual a organização explica por que tributar os super-ricos agora é necessário para combater as desigualdades, a Oxfam defende a recuperação, por meio de **impostos**, de parte dos lucros excessivos obtidos durante a

pandemia.

O argumento é de que cortes de **impostos** promovidos durante décadas para os **mais ricos** e grandes corporações alimentaram as desigualdades, fazendo com que os **mais pobres** pagassem proporcionalmente mais **tributos** do que os bilionários.

A ONG pede, assim, que os governos introduzam taxas solidárias e únicas sobre riqueza e lucros extraordinários. Também defende **impostos** maiores sobre ganhos de capital, dividendos e renda recebidos pelos super-ricos, assim como a taxação de seu patrimônio e heranças, com vista ao financiamento de políticas públicas sociais.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/ong-defende-tributacao-dos-super-ricos-para-tirar-2-bilhoes-da-pobreza-16012023>

Brasil volta a Davos para expor plano de crescimento

Mônica Scaramuzzo De Davos, Suíça

O Brasil voltará a estreitar laços com países e parceiros internacionais, sob a gestão do presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. A mensagem brasileira ao mercado internacional é de que o Brasil tem um plano de voo estruturado para retomar o crescimento, segundo fontes ligadas ao governo. O fórum começa hoje e vai até sexta-feira, dia 20.

Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Meio Ambiente, Marina Silva, vão representar o governo brasileiro em Davos. A missão de Haddad será mostrar que o país tem um plano econômico concreto e organizado e está comprometido com a responsabilidade fiscal, afirmam fontes.

Haddad vai participar de reuniões com outros governos e com empresários brasileiros e estrangeiros. O ministro deverá ainda se reunir com investidores estrangeiros, mas esse não será o foco principal de sua agenda em Davos. "A ideia é mostrar que o Brasil vai seguir adiante", disse uma fonte.

Referência global em ambiente, Marina Silva deverá ser uma das estrelas em Davos. Tendo a agenda de mudanças climáticas como uma de suas principais pautas, o Fórum Econômico Mundial de 2023 ouvirá da ministra que o Brasil está comprometido com a pauta ambiental e vai liderar as discussões de mudanças climáticas.

Há uma simbologia na participação do governo Lula em Davos, uma semana após os atos golpistas no Brasil, realizados por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que se recusam a reconhecer o resultado das urnas de outubro.

Outro tema importante da agenda econômica mundial será como os países deverão enfrentar a recessão global e a piora na crise causada pela alta **inflação** e alto endividamento. Davos reunirá este ano 56 ministros de Finanças e 19 presidentes de bancos centrais.

Klaus Schwab, fundador do Fórum, disse na semana passada que o mundo está marcado pela persistência de múltiplas crises sem precedentes - socioeconômicos, ambientais, sociais e geopolíticos,

convergentes e conflitantes - o que cria um futuro incerto. A sua ambição é que a reunião anual em Davos tente garantir que os líderes não fiquem presos a essa mentalidade de crise e possam desenvolver uma perspectiva construtiva de longo prazo e moldar o futuro de uma forma mais sustentável, mais inclusiva e mais resiliente.

O Brasil terá mais de 40 participantes, entre autoridades públicas, empresários e representantes de organizações não governamentais. Os governadores de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas; do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e do Pará, Helder Barbalho, estão com presença anunciada em Davos. A agenda de Tarcísio de Freitas prioriza as privatizações, com a busca de investidores internacionais.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187434>

Em Davos, Marina e Haddad vão reposicionar o Brasil junto a investidores globais

Representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, os ministros Marina Silva (Meio Ambiente) e Fernando Haddad (Fazenda) planejam reposicionar o Brasil junto a investidores globais.

Os ministros pretendem mostrar que o país saiu do caos da gestão de Jair Bolsonaro (PL) para voltar à normalidade em diversas áreas:

Marina Silva será a primeira falar no fórum, nesta segunda-feira (16), no painel Em Harmonia com a Natureza .

Ao blog, a ministra disse que será uma fala que ajude a reposicionar o Brasil junto aos investidores globais, mostrando que o governo do presidente Lula está comprometido em fazer com que o Brasil possa transitar do caos deixado por Bolsonaro para um novo ciclo de prosperidade com democracia, combate às desigualdades , respeito à diversidade e sustentabilidade .

Marina acrescentou que, tanto ela quanto Haddad, estarão juntos em Davos para ajudar a fazer esse reposicionamento do Brasil no debate mundial, garantindo um novo ciclo de prosperidade para o país, com crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade.

A ministra do Meio Ambiente encerrará sua participação em Davos na quinta-feira (19) com o tema A Amazônia em uma encruzilhada .

Fernando Haddad disse ao blog que ele e Marina vão mostrar que o Brasil voltou à normalidade no campo político e que também vai voltar à normalidade na área econômica.

Haddad fala na terça-feira (17) no painel Brasil, um novo roteiro , no qual ele vai destacar que Lula foi eleito para um terceiro mandato para acabar com a fome e garantir a volta de um crescimento sustentável.

O ministro da Fazenda vai citar as medidas adotadas na semana passada para reduzir em 2023 o déficit público de R\$ 231 bilhões para um valor entre R\$ 90

bilhões e R\$ 100 bilhões. Na visão de Haddad, são as primeiras medidas para trazer normalidade à economia brasileira.

Haddad vai apresentar até abril um novo arcabouço fiscal para substituir o teto de gastos públicos, além de negociar a aprovação de uma reforma tributária no Congresso.

O ministro da Fazenda voltará a falar no fórum na quarta-feira (18), com o tema Líderes para América Latina.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2023/01/16/em-davos-marina-e-haddad-va-reposicionar-o-brasil-junto-a-investidores-globais.ghtml>

Brasil volta ao protagonismo em Davos, prevê Trabuco

Por Mônica Scaramuzzo - De Davos, Suíça

O Brasil voltará ao centro de discussões importantes no Fórum Econômico Mundial em 2023, com uma agenda econômica e ambiental mais relevantes com o novo governo. "O Brasil terá um protagonismo maior este ano [nos debates]", diz Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do conselho de administração do Bradesco.

Para Trabuco, há um novo frescor nas relações políticas e institucionais e, principalmente, nas relações internacionais. "A gente está vendo que a proposta do governo Lula é de distensão, com maior compreensão nas pessoas que pensam diferente. A convivência dos contrários. Isso é democracia, né?"

No passado recente, as posições antagônicas do governo anterior, sobretudo em relação às discussões ambientais e políticas internacionais tiraram o Brasil do foco das discussões globais, segundo o executivo.

Presente na posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Trabuco lamenta os atos golpistas do dia 8 de janeiro e diz que a relação entre os Três Poderes da República está se fortalecendo desde então. "O presidente Lula foi eleito, diplomado e empossado. Agora é trabalhar."

A relação das instituições tem mitigado o risco de radicalização maior, o que leva a possibilidade de entendimento político"

Os atos foram lamentáveis e devem ser repudiados e investigados, como tem sido feito. Não há defesa para o que aconteceu. A relação das instituições tem mitigado o risco de crescimento da radicalização, o que leva a uma possibilidade maior de entendimento político."

O executivo vê um comprometimento grande do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), com a responsabilidade fiscal e acredita que o pacote anunciado na semana passada é um primeiro passo neste sentido.

Para ele, a credibilidade de Marina Silva (Rede) nas questões ambientais colocará a ministra do Meio Ambiente no centro das atenções em Davos.

Compatibilizar responsabilidade fiscal e social é o grande desafio. Temos de reconhecer que o Brasil tem um déficit social"

A combinação da responsabilidade fiscal e social deverá ser a tônica do novo governo. "Não podemos deixar de reconhecer que o Brasil tem um déficit social grande. Um olhar para essa questão social é muito importante e deve ser prioridade. Isso faz o governo ter um planejamento de longo prazo. Não é uma questão e outra. São as duas coisas ao mesmo tempo."

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Quais suas expectativas para o Brasil este ano nos debates econômicos e políticos em Davos?

Luiz Carlos Trabuco Cappi: O Brasil vai ter um protagonismo maior neste fórum. Nos últimos anos esse protagonismo foi menor. E vejo três motivos para a maior relevância do país este ano. Primeiro, pela importância econômica do Brasil. A segunda razão é pelo novo olhar em relação ao meio ambiente e, principalmente, pelas expectativas com o novo governo.

Valor: Por quê?

Trabuco: Tem um novo frescor nas relações políticas e institucionais e, principalmente, nas relações internacionais. A gente está vendo que a proposta do governo Lula é de distensão, com maior compreensão nas pessoas que pensam diferente. A convivência dos contrários. Isso é democracia, né?

Valor: Por que o Brasil ficou fora do foco nos últimos anos das discussões internacionais?

Trabuco: Digamos que houve muitas posições antagônicas com relação, sobretudo, aos princípios ambientais, sociais e de governança (ESG, em inglês), que virou uma tendência no mundo. Nós ficamos muito divergentes nessa onda em relação ao meio ambiente, nas relações internacionais. Então, essa normalização da política internacional dá condições ao Brasil de ter um melhor diálogo a partir agora.

Valor: O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou na semana passada seu primeiro pacote

econômico. Qual é a sua avaliação?

Trabuco: O Brasil tem vantagens comparativas muito evidentes em relação a outras economias. Nós temos vantagens competitivas do mesmo porte. O tamanho do agronegócio sustentável e da matriz de energia limpa coloca o país em vantagem. O mercado internacional e local acompanha com muita atenção os novos passos da política econômica brasileira, e este apoio vai aumentar à medida que as propostas passem a ter consistência na âncora fiscal, por exemplo, e no bom encaminhamento da **reforma tributária**, que são duas peças importantes de avaliação. É lógico que a **reforma tributária** vai discutir com muita profundidade a questão federativa. E o que importa é que a proposta tem de ser real, crível e ter um propósito que o ministro Haddad tem colocado. Nesta semana, o Haddad reafirmou o compromisso fiscal e passou uma mensagem de confiança numa postura realista, buscando receitas extraordinárias, tendo como alvo despesas menores que o previsto e até a reoneração de determinados **impostos** que visa a aumentar o volume da arrecadação. É lógico que o Haddad tem um direcionador próprio de senso de urgência, que ele estabeleceu para o governo.

Valor: Com o Bernard Appy na equipe econômica, o senhor acredita que a reforma ganhe tração para ser aprovada este ano?

Trabuco: Nós temos de ter uma visão pragmática. O Bernard Appy tem trabalhado há muitos anos por uma **reforma tributária** que será feita no gerúndio. Ou seja, vai sendo feita. Há dificuldades concretas pelas disputas entre Estados produtores e consumidores, mas acho que a expansão da consciência da necessidade da simplificação tributária coloca a proposta do Appy entre a mais viável. Simplificando a estrutura de arrecadação, se azeita o ambiente de negócios neutralizando perdas dos entes federativos, entre Estados e municípios. Essa oportunidade não pode ser perdida. Temos de lembrar que o Congresso está com muita consciência dessa necessidade.

Valor: Especialistas ainda estão céticos em relação ao pacote econômico anunciado pelo ministro da Fazenda na semana passada...

Trabuco: Evidente que nós precisamos de ambições. Não basta ter uma meta. O movimento de estabelecer o montante [de R\$ 243 bilhões, entre receitas e corte de gastos] foi muito bem aceito e merece conhecimento de que é um excelente começo.

Valor: Como o senhor vê a relação do Congresso com o Lula este ano, sobretudo depois dos atos golpistas do dia 8 de janeiro?

Trabuco: Essa é uma questão muito importante porque contextualiza a política e a economia. O presidente Lula foi eleito, diplomado e empossado. Agora é trabalhar. Os atos foram lamentáveis e devem ser repudiados e investigados, como tem sido feitos. O que eu destacaria é que a relação entre os Três Poderes da República está se fortalecendo. Não há defesa sobre o que aconteceu. A relação das instituições tem mitigado o risco de crescimento da radicalização, o que leva a uma possibilidade de maior entendimento político. Esse fortalecimento do diálogo que sucedeu a esses episódios lamentáveis dá ao governo um bom trânsito com o Congresso.

Valor: O presidente Lula ficou mais fortalecido?

Trabuco: Com a ameaça à democracia, que assustou todo mundo, Lula é uma liderança que tem as condições para dar um clima de pacificação ao país.

Valor: Qual sua avaliação dos ministros indicados por Lula?

Trabuco: O novo governo é formado por ministérios amplos com capacidade de trabalho muito grande. Estive na posse do presidente e de vários ministros. Dá para se observar a firmeza de propósito e a vontade deles de fazer algo diferente dentro do processo democrático.

Valor: Como o senhor acha que deve ser o desdobramento dessas investigações, considerando a prisão do ex-ministro Anderson Torres e a inclusão do ex-presidente Jair Bolsonaro nas investigações?

Trabuco: O que aconteceu requer uma investigação e apuração e as instituições, ao meu ver, estão seguindo esse caminho.

Valor: Como o senhor avalia esse movimento de polarização e como essas discussões devem ser tratadas em Davos?

Trabuco: Depois de participar tantos anos das reuniões em Davos, sobre diferentes temas, fiquei pensando que palavras deverão ser um direcional para Davos este ano. Acho que é vencer crises. Quais crises? Nós tivemos a pandemia, estamos com a guerra na Ucrânia que desorganizou muito as cadeias alimentares do mundo e aí tivemos movimento inflacionário mundial. Temos um novo olhar da globalização, com a reorganização das cadeias produtivas. Além disso, temos agora essa desconfiança com o ambiente democrático. O mundo agora quer ser ESG, que não só serve para as empresas, mas também para os Estados. Acho que esse novo olhar nos leva a tentar vencer essas crises.

Temos de sair desse quarto escuro que a gente acabou entrando por conta desses vários episódios que citei. Temos de buscar um mundo mais sustentável, inclusivo e menos inflacionário. A **inflação** penaliza o mundo todo e as políticas monetárias mais arrojadas podem levar à recessão global. A gente vai ter nesse ano de 2023 a construção de novos direcionadores. Não podemos perder uma década.

Valor: Como o senhor vê o cenário econômico para o Brasil?

Trabuco: O Banco Central brasileiro foi extremamente diligente, com um bom direcionamento da política monetária. Agora há um desejo generalizado no Brasil e no mundo para que as taxas de juros caiam porque é importante para a retomada econômica e dos investimentos. Temos de tomar medidas fiscais de longo prazo. Por isso, acho que trabalhar para a redução das taxas de juros é uma prioridade. Nós precisamos de uma âncora fiscal de longo prazo. É preciso dizer que os gastos fiscais foram essenciais para enfrentar a crise pós-pandemia. Agora precisamos buscar um caminho funcional mais realista para manter coeficiente fiscal sem desprezar déficits sociais que nós temos e que já estão endereçados.

Valor: Haddad ainda não deu sinais como serão os direcionamentos da ancoragem fiscal.

Trabuco: A agenda do ministério da Fazenda nos mostra esse primeiro movimento que é positivo. Acredito que a discussão fiscal está na agenda do governo. Temos de aguardar.

Valor: Como o senhor avalia que o governo possa equilibrar a agenda fiscal e social?

Trabuco: A compatibilização da responsabilidade fiscal e social é o grande desafio dos governos, do Brasil em particular. Não podemos deixar de reconhecer que o Brasil tem um déficit social grande por várias décadas. Um olhar para essa questão social é muito importante e é prioridade. Isso faz o governo ter um planejamento de longo prazo. Fortalecer a democracia, fazer essa distensão, vai criar políticas de inclusão social mais adequada. Não é uma questão e outra. São as duas coisas ao mesmo tempo. Tem de ter uma visão holística dessa questão.

Valor: E como o senhor vê as discussões sobre mudanças climáticas e meio ambiente do novo governo em Davos?

Trabuco: Ao falar da Marina, eu diria que ela tem credibilidade e cria uma expectativa de virada na política ambiental brasileira. Ela tem prestígio e coerência. Eu tenho certeza que ela será uma das

estrelas de Davos. O Brasil tem, eu diria, um ovo de Colombo, que é o combate ao desmatamento, às políticas de equilíbrio ecológico. O mundo reconhece que o Brasil pode ser uma referência nessas questões. E temos tecnologia para isso. Neste tema, nós estamos ganhando e vamos ter respeitabilidade maior. Somos um player relevante nessas questões ambientais e deveremos ser referência global.

Valor: O senhor tem conversado com investidores globais?

Trabuco: Tenho conversado e eles têm uma visão positiva em razão da rápida e firme resposta das instituições em relação ao que aconteceu no dia 8 de janeiro. Na sequência disso, vai depender da capacidade [de o país] absorver impactos e expectativas de que o Brasil tenha condições de ser um país protagonista no mundo. E podemos ver isso, com essa abertura da China, que pode ser um dos motores da economia mundial. Mas os desafios são grandes.

Valor: Como Lula deve estimular a indústria?

Trabuco: Com a nomeação do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) para Indústria e Comércio, é uma boa sinalização de que o Brasil precisa se reindustrializar e rever as cadeias produtivas. E, em qualquer questão da economia, o Estado não vai conseguir resolver sozinho todos os problemas do país, assim como os mercados também não conseguem. Então, é preciso que o governo tenha um papel na solução de problemas onde o mercado não é capaz. Nesta questão, temos de ter pragmatismo e objetividade. Estado e mercados vão construir juntos possibilidades de crescimento econômico.

Valor: Há receio do mercado financeiro e de parte do empresariado de que Lula seja mais intervencionista, reeditando o governo de Dilma Rousseff. Como o senhor avalia isso?

Trabuco: Acho que o Lula é mais pragmático. O Estado mais forte que seja não consegue resolver todos os problemas do país. Os mercados também não conseguem resolver todas as contradições. É nesta combinação que se cria um ambiente de tranquilidade para se olhar para frente.

Valor: O senhor não teme um governo intervencionista?

Trabuco: Não acredito que o governo vá repetir situações que não deram resultados.

Valor: Como o Bradesco está neste contexto? Há perspectivas positivas para expansão em 2023?

Trabuco: O **PIB** potencial é maior que os resultados que temos apresentado. Acho que o desafio do crescimento é o que o país terá nos próximos anos. Nós do Bradesco somos otimistas com a nova fase do Brasil e temos a nossa estratégia de ser um banco brasileiro por excelência, que atua em todas as regiões do país. Estamos muito confiantes. Compramos um banco na Flórida para atender o corporate, o private, mas nosso foco é o Brasil e onde dedicamos boa parte do nosso trabalho.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/01/16/brasil-volta-ao-protagonismo-em-davos-preve-trabuco.ghtml>

O perfil dos ministérios

CASA CIVIL

Coordena, integra e monitora as ações governamentais, com assistência ao presidente em suas ações e análise de propostas em debate no Congresso.

O MINISTRO

Rui Costa, 59 anos

Ex-governador da Bahia (2015-2022), é economista e fundador do PT na Bahia. Foi vereador em Salvador, deputado federal, secretário de Relações Institucionais do governo do Estado e ex-chefe da Casa Civil de Jacques Wagner.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Planeja e coordena políticas de gestão para fortalecer as capacidades do Estado na promoção do desenvolvimento sustentável.

A MINISTRA

Simone Tebet, 52 anos

Nascida em Três Lagoas (MS), foi prefeita da cidade por dois mandatos, vice-governadora e senadora de Mato Grosso. Formada em direito pela UFRJ, é professora de administração pública. Ficou em terceiro lugar na disputa presidencial de 2022.

MINISTÉRIO DE GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Responsável pela formulação e implementação da Estratégia de Governo Digital, pela transformação digital e pela simplificação de serviços públicos.

A MINISTRA

Esther Dweck, 45 anos

Economista e escritora, é professora da UFRJ. Foi chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento e secretária de Orçamento Federal do Brasil entre 2015 e 2016, na gestão de Dilma Rousseff (PT) na Presidência.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Responsável pela formulação e execução da política

econômica, em parceria com o Banco Central, que é autônomo

O MINISTRO

Fernando Haddad, 59 anos

Nascido em São Paulo, é professor de ciência política da USP, formado em direito, mestre em economia e doutor em filosofia. Foi assessor do Ministério do Planejamento, ministro da Educação (2005 a 2012) e prefeito de São Paulo (2013 a 2017), onde já havia sido secretário de Finanças, após trabalhar como analista de investimentos do Unibanco.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Desenvolve a política industrial e de economia verde com ações voltadas à micro e pequena empresa, políticas de propriedade intelectual e aplicação de mecanismos de defesa comercial.

O MINISTRO

Geraldo Alckmin, 70 anos

Nascido em Pindamonhangaba (SP), foi prefeito de sua cidade, deputado estadual, deputado federal, vice-governador e depois governador de São Paulo. Concorreu à Presidência pelo PSDB em 2006 e 2018.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Administra e mantém a Previdência Social no país, assegurando os direitos ao seguro social para a pessoa que contribui.

O MINISTRO

Carlos Lupi, 65 anos

Nascido em Campinas (SP), Carlos Lupi é presidente do PDT. Formado em administração, foi professor, deputado federal e ministro do Trabalho e Emprego nos governos Lula e Dilma. Também foi secretário de Transportes da Prefeitura do Rio e secretário de Governo do Estado do Rio.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Elabora e executa a política nacional de educação, que orienta o sistema educacional brasileiro, desde a

educação infantil até a profissional e tecnológica.

O MINISTRO

Camilo Santana, 54 anos

Nascido em Crato (CE), Camilo Santana é ex-governador do Ceará. Professor e engenheiro agrônomo, foi secretário do Desenvolvimento Agrário e também de Cidades na gestão de Cid Gomes. Também foi deputado estadual e se elegeu senador em 2022, mas ficará licenciado para ocupar o ministério.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania.

O MINISTRO

Wellington Dias, 60 anos

Ex-governador do Piauí por dois mandatos, foi bancário e sindicalista. É escritor e nasceu em Oeiras. Foi ainda vereador em Teresina, deputado estadual, deputado federal e senador.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Define políticas sobre geração de emprego e renda, fiscalização do trabalho, política salarial e segurança no trabalho.

O MINISTRO

Luiz Marinho, 63 anos

Nascido em Cosmorama (SP), o sindicalista foi prefeito de São Bernardo do Campo entre 2009 e 2017. Foi ministro do Trabalho e Emprego (2005 a 2007) e da **Previdência Social** (2007 a 2008). Nas últimas eleições, foi eleito à vaga de deputado federal, que assumiria em 1º de fevereiro, mas ficará licenciado durante o período no ministério.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Organiza e elabora planos e políticas públicas voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde.

A MINISTRA

Nísia Trindade, 64 anos

Nascida no Rio de Janeiro, a doutora em sociologia e mestre em ciência política Nísia Trindade foi presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) desde 2017 até assumir o ministério. Atuou no enfrentamento da pandemia e criou o Observatório Covid-19. Faz parte do grupo consultivo da Organização Mundial da Saúde (OMS) para implementar a Agenda 2030.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Responsável pela pesquisa científica, tecnológica e inovação, de informática, de biossegurança, espacial e nuclear.

A MINISTRA

Luciana Santos, 56 anos

Presidente nacional do PCdoB, Luciana Santos nasceu em Recife, é engenheira elétrica e ex-deputada federal. Também foi prefeita de Olinda e secretária estadual de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Estado do qual foi vice-governadora de 2019 até o fim de 2022, na gestão de Paulo Câmara.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

Propõe e implementa políticas públicas voltadas à reforma agrária, à promoção do desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da agricultura familiar.

O MINISTRO

Paulo Teixeira, 61 anos

Nascido em Água da Prata (SP), é advogado com mestrado em direito constitucional, Teixeira se reelegeu para o quinto mandato consecutivo como deputado federal pelo Estado. Antes, foi vereador e deputado estadual em São Paulo.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Formula e executa toda a política de transporte do país, incluindo a gestão de rodovias federais por meio do Dnit.

O MINISTRO

Renan Filho, 43 anos

Renan Filho é ex-governador de Alagoas por dois mandatos e foi eleito senador pelo Estado. Nascido

em Murici (AL), ficará licenciado enquanto estiver no cargo. Filho do senador Renan Calheiros, ele é economista, foi prefeito em Murici por dois mandatos e deputado federal.

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Formula e opera políticas de urbanismo e habitação, saneamento e outros no país.

O MINISTRO

Jader Filho, 46 anos

Empresário do ramo das comunicações e nascido em Belém, o administrador é presidente do MDB paraense. Ele é irmão do governador do Estado do Pará, Hélder Barbalho, e filho do senador Jader Barbalho. Seu avô também foi político, tendo ocupado o cargo de deputado estadual.

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

Formula e executa políticas para o transporte aquaviário e aeroviário e gestão de portos e aeroportos.

O MINISTRO

Márcio França, 59 anos

Ex-governador de São Paulo (2018), o advogado Márcio França nasceu em Santos. Foi vereador e prefeito de São Vicente, deputado federal, secretário estadual de Esporte, Lazer e Turismo e também de Desenvolvimento de São Paulo, além de vice-governador na gestão de Geraldo Alckmin.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Responsável pela implantação de uma política nacional pesqueira e aquícola que gere trabalho e riqueza.

O MINISTRO

André de Paula, 61 anos

Deputado federal agora licenciado, André de Paula tem 61 anos, nasceu em Recife onde foi vereador e deputado estadual antes de chegar à Câmara. Também atuou na Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária e na de Cidades das gestões do PSB no Estado.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Formula e opera uma política de desenvolvimento nacional integrada com planos regionais de desenvolvimento e integração de economias regionais.

O MINISTRO

Waldez Góes, 61 anos

Ex-governador do Amapá, nasceu em Gurupá (PA). Servidor público, foi deputado estadual. Sua indicação foi apadrinhada pelo senador Davi Alcolumbre.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Defende a ordem jurídica, os direitos políticos e garantias constitucionais, coordena o Sistema Único de Segurança Pública e faz a defesa da ordem econômica.

O MINISTRO

Flávio Dino, 54 anos

Ex-governador do Maranhão por dois mandatos (2015 a 2022),

Flávio Dino nasceu em São Luís (MA) e foi juiz federal por 12 anos antes de se tornar deputado federal. Ele foi ainda presidente da Embratur na gestão de Dilma Rousseff e foi eleito senador na disputa de 2022, cargo do qual ficará licenciado enquanto for ministro.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

Formulará e promoverá políticas que valorizem o direito dos povos indígenas brasileiros e a proteção de suas terras.

A MINISTRA

Sônia Guajajara, 48 anos

Formada em letras e em enfermagem, Sônia Guajajara foi coordenadora executiva de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e integra o conselho da Iniciativa Inter-religiosa pelas Florestas Tropicais do Brasil. Nascida na terra indígena Arariboia, ela foi eleita deputada federal na disputa de 2022.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Formula e executa a política nacional de telecomunicações e a política nacional de radiodifusão e gerencia serviços postais, telecomunicações e radiodifusão.

O MINISTRO

Juscelino Filho (União), 38 anos

Deputado federal licenciado, Juscelino Filho nasceu em São Luís (MA). Aliado de Davi Alcolumbre, é médico e empresário. Antes do União Brasil, foi filiado ao DEM e ao MDB. Sua presença no governo gerou ruídos entre petistas por ter votado a favor do impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Promove e fiscaliza a proteção e recuperação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais no país.

A MINISTRA

Marina Silva (Rede), 64 anos

Marina Silva, ex-senadora e deputada federal eleita, nasceu em um seringal em Rio Branco (AC). Formada em história, liderou um movimento de proteção da Amazônia ao lado de Chico Mendes. Também foi deputada federal e ministra do Meio Ambiente na primeira gestão de Lula.

MINISTÉRIO DAS MULHERES

Formula e executa políticas que promovam a igualdade de gênero e combatam a discriminação e a violência contra a mulher.

A MINISTRA

Cida Gonçalves, 60 anos

Nascida em Clementina (SP), é publicitária e ativista de políticas de gênero e combate à violência contra a mulher. Foi coordenadora da Mulher da Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Trabalho de Mato Grosso do Sul e secretária nacional da Violência contra Mulher nos governos Lula e Dilma.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil.

O MINISTRO

Silvio Almeida, 46 anos

Advogado, doutor e professor de direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Fundação

Getulio Vargas, ambas em São Paulo, Silvio Almeida é presidente do Instituto Luiz Gama, especialista em direitos humanos e relações raciais. Ele nasceu em São Paulo e tem graduação também em filosofia.

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

Formula, coordena e executa políticas públicas de promoção da igualdade racial e combate ao racismo no país.

A MINISTRA

Anielle Franco, 37 anos

Jornalista, educadora e ativista pelos direitos humanos, Anielle Franco nasceu no Rio de Janeiro, é mestre em jornalismo e doutoranda em linguística aplicada na 11FRJ. Ela é irmã da vereadora Marielle Franco, assassinada em março de 2018.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Formula e executa a política nacional de cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural.

A MINISTRA

Margareth Menezes, 60 anos

Margareth Menezes nasceu em Salvador. Iniciou a carreira artística no teatro, chegando inclusive a ter um grupo. Em 1986, iniciou uma turnê já como cantora, tornando-se um fenômeno com sucessos tocados sobretudo nos Carnavais brasileiros ao longo das últimas décadas, já foi indicada ao Grammy Latino e ao Grammy Awards

MINISTÉRIO DO ESPORTE

É responsável pela construção de uma política nacional do esporte que garanta seu desenvolvimento e utilização como ferramenta de inclusão social.

A MINISTRA

Ana Moser, 54 anos

Ex-jogadora de vôlei nascida em Blumenau (SC), é medalhista de bronze nas Olimpíadas de Atlanta em 1996, foi campeã mundial e pan-americana. Coordenou a fundação do Instituto Esporte e Educação, foi vice-presidente da Comissão Nacional de Atletas (CNA) e conselheira do Conselho Nacional do Esporte (CNE).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Formula e conduz a política externa brasileira e estabelece relações diplomáticas com outros países e organismos internacionais.

O MINISTRO

Mauro Vieira, 71 anos

Nascido no Rio de Janeiro, ele já havia chefiado a pasta entre 2015 e maio de 2016, no governo Dilma. Quando foi indicado, atuava como embaixador na Croácia. Também ocupou a chefia da diplomacia na Argentina e nos Estados Unidos e foi representante permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU).

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Assessora diretamente o presidente da República no desempenho de suas funções e na coordenação administrativa da Presidência.

O MINISTRO

Márcio Macêdo (PT), 52 anos

Biólogo nascido em Esplanada (BA), foi deputado federal por Sergipe em duas ocasiões. É mestre em desenvolvimento e meio Ambiente, foi secretário municipal de Participação Popular de Aracaju e superintendente do Ibama em Sergipe, onde também ocupou a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Responsável por formular e executar a política de comunicação e de divulgação das ações e dos programas do governo federal e da relação com a imprensa.

O MINISTRO

Paulo Pimenta (PT), 57 anos

Deputado federal nascido em Santa Maria (RS), ele é jornalista e foi líder do PT na Câmara entre 2018 e 2020. Antes de se tornar deputado federal em 2003, foi deputado estadual gaúcho entre 1999 e 2000 e vereador de Santa Maria entre 1989 e 1996.

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Representa a União, judicial e extrajudicialmente, e oferece consulta e assessoramento jurídico ao Poder Executivo.

O MINISTRO

Jorge Messias, 42 anos

Procurador de carreira da Fazenda Nacional, ele é pernambucano e foi subchefe de assuntos jurídicos da Casa Civil durante o governo Dilma Rousseff. Também foi procurador do Banco Central, consultor jurídico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Estabelece políticas de defesa e segurança do país, exercendo a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica.

O MINISTRO

José Múcio, 74 anos

Engenheiro civil, nasceu em Recife e começou a vida política como vice-prefeito de Rio Formoso, onde depois também foi prefeito. Comandou a Companhia Energética de Pernambuco, foi secretário estadual de Transportes, Comunicação e Energia em Pernambuco, deputado federal por cinco mandatos e ministro e presidente do TCU.

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Cuida da articulação política do governo e de suas relações com os diversos atores políticos e da sociedade.

O MINISTRO

Alexandre Padilha (PT), 51 anos

Médico de formação, foi ministro da Secretaria de Relações Institucionais no segundo governo de Lula, depois ministro da Saúde com Dilma Rousseff e secretário municipal de Saúde de São Paulo na gestão de Fernando Haddad. Deputado federal por São Paulo, agora licenciado, ele nasceu na capital paulista.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

Fiscaliza internamente as ações do poder público, defendendo o patrimônio público e desenvolvendo políticas de transparência e ouvidoria.

O MINISTRO

Vinícius de Carvalho, 45 anos

Advogado nascido em Caraguatatuba (SP), já

comandou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Também ocupou a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Ele também foi chefe de gabinete da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Cuida da assistência direta e imediata ao presidente da República no assessoramento pessoal em assuntos militares e de sua segurança.

O MINISTRO

Gonçalves Dias, 72 anos

Marco Gonçalves Dias nasceu em Americana (SP) e é general da reserva do Exército. Ele atuou na segurança do presidente Lula em seus dois mandatos anteriores e também foi chefe da Coordenadoria de Segurança Institucional no governo de Dilma Rousseff.

DEMAIS ESTRUTURAS LIGADAS AO GOVERNO

Além dos ministérios, outros cargos ligados ao governo, como bancos, autarquias e demais estruturas de segundo escalão, também foram ocupados levando em consideração, em boa parte dos casos, influências políticas. Há predominância de nomes ligados ao PT e nomeação, em determinadas áreas, de políticos derrotados nas últimas eleições ou esquecidos do meio político. Há também nomes de carreira.

OCUPAÇÃO DE CARGOS NO SEGUNDO ESCALÃO

Veja quem são os nomes já anunciados para outras áreas de indicação do governo

BANCO DO BRASIL

Tarciana Medeiros

Funcionária de carreira do BB, atuou como executiva na Diretoria de Clientes da instituição.

BNDES

ALOizio Mercadante (PT)

Doutor em economia, ex-deputado, ex-senador e ex-ministro da Educação, Casa Civil e Ciência e Tecnologia.

EMBRATUR

Marcelo Freixo (PT)

Graduado em história, ex-deputado estadual e, deputado federal licenciado e militante dos direitos humanos.

FUNAI

Joenia Wapichana

Advogada, mestre em direito internacional e deputada federal licenciada.

FUNARTE

Maria Marighella

Vereadora em Salvador, é atriz, ativista e foi secretária de Cultura da Bahia.

BANCO CENTRAL (autônomo)

Roberto Campos Neto

Economista, assumiu o banco em 2019 e tem mandato até 2024, não podendo ser removido.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Rita Serrano

Funcionária de carreira, graduada em história e mestre em administração, representou os empregados no Conselho de Administração.

PETROBRAS

Jean Paul Prates (PT)

Mestre em gestão pública, consultor na área de óleo e gás e senador licenciado.

APEX

Jorge Viana (PT)

Engenheiro florestal, ex-governador do Acre, ex-senador e ex-prefeito de Rio Branco.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO [FNDE]

Fernanda Pacobahyba

Auditora fiscal e ex-secretária de Fazenda no Ceará, é ex-intendente da FAB, professora de direito e processo tributário.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF)

Carlos Higino Ribeiro

Auditor fiscal da Receita, foi ministro interino da CGU, secretário de Transparência do DF e secretário executivo da Comissão de Ética Pública da Presidência.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/home>

Entenda por que o euro passou a valer menos que o dólar pela 1ª vez em 2022

Rafael Balago são paulo

O euro completou seu aniversário de 20 anos em 2022, mas o ano ficou marcado por um fato negativo: pela primeira vez, a moeda teve valor menor do que o dólar.

Desde a criação, o dinheiro europeu sempre valeu alguns centavos a mais que o dólar. Em julho do ano passado, as duas moedas atingiram a paridade. Em 22 de agosto, o euro foi cotado por menos de 1 dólar. Cada moeda europeia valia 97 centavos do dinheiro americano. Ou cada dólar valia 1,0061 euro.

A queda do euro foi causada por diversos fatores. A Guerra da Ucrânia, iniciada em fevereiro, aumentou os preços do gás e de outros produtos, gerando incerteza e **inflação**. Foi preciso buscar alternativas para o gás russo, que mantinha casas aquecidas e indústrias funcionando.

Ao mesmo tempo, em março, o FED (BANCO CENTRAL americano) deu início a uma alta nos juros, o que atraiu dinheiro estrangeiro para os EUA e fortaleceu o dólar. Ao mesmo tempo, o BCE (BANCO CENTRAL Europeu) teve postura mais contida e demorou a mexer nos juros, que estavam abaixo de zero.

No entanto, o outono europeu veio com temperaturas mais quentes que o esperado, (o que gerou menor demanda por gás) e a atuação mais firme do BCE em subir os juros, a partir de setembro, ajudaram a moeda europeia a recuperar a força.

O euro ficou cerca de três meses, até o começo de novembro, oscilando ao redor da taxa de 1 para 1, até retomar força a partir de 12 de novembro, quando se estabilizou na faixa de 1,03 euro por dólar. Perto do Natal, na segunda (19), cada euro valia 1,06 dólar. Há dois anos, em dezembro de 2020, esta cotação estava em torno de 1,20 dólar. Em meados de dezembro, o BCE fez a terceira alta seguida de juros e elevou a taxa a 2% ao ano. Nos EUA, o FED reduziu a velocidade da alta de juros, e elevou a taxa para 4,5%. No Brasil, a Selic foi mantida em 13,75% ao ano na última reunião do BANCO CENTRAL.

Cristine Lagarde, presidente do BCE, indicou que o banco deve seguir subindo a taxa no ano que vem,

para conter o risco de **inflação**. "Com base na informação que temos hoje, há previsão de outro aumento de 50 pontos base na nossa próxima reunião, e possivelmente na depois daquela, e possivelmente depois também", disse Lagarde, em coletiva de imprensa em 15 de dezembro. Ela também disse esperar que uma possível recessão na Europa será "relativamente curta e rasa." A moeda única europeia foi adotada em 1º de janeiro de 2002 e substituiu os dinheiros de quase todos os países da Europa Ocidental, como as pesetas da Espanha, os marcos alemães, os francos franceses e os escudos portugueses. Ao abrir mão da moeda nacional, os países facilitaram o comércio com seus vizinhos e passaram a ter um dinheiro mais forte e estável do que tinham antes. Por outro lado, perderam poder para definir a POLÍTICA MONETÁRIA, que ficou sob comando do BCE (BANCO CENTRAL Europeu).

No entanto, cada país ainda tem liberdade para definir sua política fiscal, ou seja, decidir quanto arrecadar de **impostos**, como gastar o dinheiro público e pegar empréstimos se necessário.

Como o continente tem países com economias mais fortes (Alemanha, França) e outras mais instáveis (Espanha, Grécia), houve um desequilíbrio. A Grécia, por exemplo, teve de se sujeitar a cortes de gastos públicos, na década passada, para obter ajuda dos vizinhos para superar uma forte crise na década passada. Considerou deixar o euro na época, mas ficou.

Josilmar Cordenonssi, professor de economia na Universidade Mackenzie, explica que a vantagem do valor do euro sobre o dólar é fruto, em boa parte, da força da economia alemã, a quarta maior do mundo.

"A Alemanha é mais conservadora do ponto de vista fiscal que os Estados Unidos e tem dívida bem mais baixa do que o resto dos países avançados, em torno de 60% em relação ao PIB. Nos EUA e no Japão, elas passam de 100% do PIB. Dívidas altas geralmente fragilizam as moedas", explica Cordenonssi.

O professor aponta que uma eventual desvalorização do euro frente ao dólar poderia atrapalhar as exportações brasileiras para a Europa, pois os produtos daqui ficariam mais caros para os consumidores de lá. A desvalorização também tornaria

os produtos europeus mais competitivos no mercado internacional.

Atualmente, o euro é usado em 19 países. Em 1º de janeiro de 2023, a Croácia adotou a moeda e se tornou o 20º membro da zona do euro. Há outros seis países candidatos a adotar o euro, mas que precisam antes cumprir uma série de requisitos de estabilidade econômica.

"A Alemanha tem dívida bem mais baixa do que o resto dos países avançados, em torno de 60% em relação ao **PIB**. Nos EUA e no Japão, elas passam de 100% do **PIB**. Dívidas altas geralmente fragilizam as moedas" Josilmar Cordenonssi professor de economia na Universidade Mackenzie

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50158>